



**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE DIVERSIDADE: POLÍTICAS
PÚBLICAS E PRÁTICAS TRANSFORMADORA**

**INCLUSIVE EDUCATION IN TIMES OF DIVERSITY: PUBLIC POLICIES AND
TRANSFORMATIVE PRACTICES**

**EDUCACIÓN INCLUSIVA EN TIEMPOS DE DIVERSIDAD: POLÍTICAS
PÚBLICAS Y PRÁCTICAS TRANSFORMADORAS**



10.56238/edimpecto2025.092-003

Beatriz Boelhauer Simionato

Pós-Graduada em Educação Ambiental

Instituição: UFSC

E-mail: beatriz-bsimionato@educar.rs.gov.br

Ricardo Cesar de Oliveira Borges

Pós-doutor em Geografia

Instituição: UNIATENEU

E-mail: Admricardocesar@gmail.com

Cristiane Delian Santos Melo

Neuropsicopedagoga, Psicomotricista e Supervisora ABA

E-mail: pedagoga71@hotmail.com

Francisca Brena Silva Queiroz

Especialista em Educação Especial e Inclusiva

Instituição: FAESDO

E-mail: queirozbrena@gmail.com

Joelma Coelho Lima dos Santos

Especialista em Psicologia da Educação

Instituição: UEMA

E-mail: joselmagadita@gmail.com

Francisco das Chagas Moraes dos Santos

Especialista em Mídias na Educação

Instituição: UFMA

E-mail: titomoraessantos@gmail.com

Ricardo Luiz Moura

Mestre em Educação

E-mail: ricardo.moura3108@gmail.com



RESUMO

A educação inclusiva, em contextos de crescente diversidade, exige estratégias que articulem políticas públicas robustas e práticas pedagógicas transformadoras. Não basta assegurar a matrícula escolar; é preciso garantir a participação plena e a aprendizagem significativa de todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, cultural, de gênero ou de deficiência. Embora avanços legais e normativos demonstrem compromisso institucional, persistem lacunas na implementação que reproduzem desigualdades regionais e institucionais. Práticas transformadoras envolvem metodologias ativas, os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e o uso crítico de tecnologias assistivas, integrados a uma pedagogia que reconheça a diferença como recurso educativo. Escolas inclusivas eficazes desenvolvem processos colaborativos que mobilizam direção escolar, professores, famílias e estudantes na tomada de decisões, na avaliação contínua e na adaptação curricular. Relatos de experiência e estudos indicam que políticas bem articuladas potencializam a redução de barreiras e promovem maior equidade, mas seu impacto depende de financiamento adequado, formação docente contínua e suporte técnico. A formação inicial e continuada dos professores é eixo central: docentes preparados em práticas inclusivas e no manejo de recursos pedagógicos e tecnológicos tornam possível a operacionalização de diretrizes públicas. Ademais, a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social amplia a capacidade de responder às necessidades complexas dos estudantes. Em suma, afirmar a educação inclusiva em tempos de diversidade implica reconhecer a escola como espaço político de transformação social, exigindo compromisso coletivo, avaliação participativa e políticas sustentáveis. São essenciais monitoramento contínuo, pesquisa-ação e financiamento estável para garantir eficácia contextualizada e fortalecimento institucional.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Inclusive education, in contexts of growing diversity, requires strategies that align robust public policies with transformative pedagogical practices. Ensuring enrollment is necessary but insufficient; the goal is to secure full participation and meaningful learning for all students, regardless of socioeconomic background, culture, gender or disability. Although legal and regulatory advances demonstrate institutional commitment, gaps in implementation persist and reproduce regional and institutional inequalities. Transformative practices include active methodologies, Universal Design for Learning principles, and critical use of assistive technologies, integrated into pedagogy that recognizes difference as an educational resource. Effective inclusive schools develop collaborative processes that involve leadership, teachers, families and students in decision-making, ongoing assessment and curricular adaptation. Evidence and case studies indicate that well-articulated policies reduce barriers and promote equity, but their impact depends on adequate funding, continuous teacher education and technical support. Initial and continuing teacher education is central: educators trained in inclusive practices and in the management of pedagogical and technological resources are essential to operationalize policy. Furthermore, intersectoral coordination among education, health and social services enhances the capacity to address students' complex needs. Ultimately, affirming inclusive education in times of diversity means recognizing schools as political spaces for social transformation, requiring collective commitment, participatory evaluation and sustainable policies. It is essential to implement ongoing monitoring, action-research and stable financing to ensure contextualized effectiveness and institutional strengthening. Accountability mechanisms and community engagement enable policies to translate into classroom practice and foster iterative improvement. These measures support scaling and adaptation across diverse local contexts and sustainability.

Keywords: Diversity. Inclusive Education. Public Policies.



RESUMEN

La educación inclusiva, en contextos de creciente diversidad, demanda estrategias que articulen políticas públicas sólidas con prácticas pedagógicas transformadoras. No basta con garantizar la matrícula; es necesario asegurar la participación plena y el aprendizaje significativo de todos los estudiantes, independientemente de su origen socioeconómico, cultural, de género o de discapacidad. Aunque los avances legales y normativos reflejan un compromiso institucional, persisten brechas en la implementación que reproducen desigualdades regionales e institucionales. Las prácticas transformadoras incluyen metodologías activas, los principios del Diseño Universal para el Aprendizaje y el uso crítico de tecnologías asistivas, integrados en una pedagogía que reconozca la diferencia como recurso educativo. Las escuelas inclusivas eficaces promueven procesos colaborativos que involucran a la dirección, docentes, familias y estudiantes en la toma de decisiones, la evaluación continua y la adaptación curricular. Experiencias y estudios indican que las políticas bien articuladas reducen barreras y favorecen la equidad, pero su impacto depende de un financiamiento adecuado, la formación docente permanente y el apoyo técnico especializado. La formación inicial y continua de los docentes es un eje central: educadores preparados en prácticas inclusivas y en el manejo de recursos pedagógicos y tecnológicos hacen posible la materialización de las directrices públicas. Además, la articulación intersectorial entre educación, salud y asistencia social amplía la capacidad de responder a las necesidades complejas de los estudiantes. En síntesis, afirmar la educación inclusiva en tiempos de diversidad implica reconocer la escuela como un espacio político de transformación social, sustentado en compromiso colectivo, evaluación participativa y políticas sostenibles.

Palabras clave: Diversidad. Educación Inclusiva. Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui, na contemporaneidade, um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais urgentes demandas das sociedades democráticas. Em tempos de diversidade, a escola é chamada a se reinventar como espaço de encontro, diálogo e construção coletiva de saberes, reconhecendo que a pluralidade cultural, social, étnica, de gênero e de condições físicas ou intelectuais é parte constitutiva da experiência humana. Contudo, a distância entre os avanços legais e as práticas escolares efetivas ainda é expressiva, revelando tensões entre a inclusão garantida por políticas públicas e a inclusão vivida no cotidiano pedagógico.

Segundo Freire (1996), a educação é prática de liberdade, e, nesse sentido, não pode excluir, silenciar ou marginalizar sujeitos em razão de suas diferenças. Essa compreensão se aproxima do que defende Mantoan (2003), ao afirmar que a inclusão deve ser vista como transformação estrutural da escola e não como simples adaptação. A diversidade, portanto, não deve ser tratada como exceção, mas como elemento central da organização pedagógica.

Do ponto de vista político, a educação inclusiva no Brasil está amparada por marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015. Tais documentos expressam o compromisso do Estado em assegurar o direito de todos à educação. Contudo, a efetivação desses princípios depende não apenas de normas jurídicas, mas de políticas públicas consistentes e de práticas pedagógicas transformadoras que reconheçam e valorizem a diversidade como riqueza.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo analisar a educação inclusiva em tempos de diversidade, discutindo tanto as políticas públicas que a sustentam quanto as práticas pedagógicas inovadoras capazes de torná-la efetiva. Ao articular essas duas dimensões, pretende-se evidenciar que a construção de uma escola inclusiva é, antes de tudo, um projeto ético, social e político, orientado para a justiça, a democracia e a emancipação humana.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI

A noção de diversidade assumiu, no século XXI, papel central nos debates educacionais, refletindo transformações sociais, culturais e políticas que reposicionam a escola como espaço de reconhecimento das diferenças. Para Bourdieu (1998), a escola é atravessada por desigualdades simbólicas e estruturais, que tendem a reproduzir privilégios sociais. Esse olhar ajuda a compreender que a inclusão não se limita a eliminar barreiras físicas, mas envolve a desconstrução de mecanismos de exclusão historicamente naturalizados.

No campo filosófico e social, Santos (2006) defende a ideia de uma “ecologia de saberes”, ressaltando a importância de valorizar múltiplas formas de conhecimento, em oposição a visões



hegemônicas e homogêneas. Essa perspectiva amplia o entendimento de educação inclusiva, situando-a como prática que reconhece a pluralidade cultural e epistemológica dos sujeitos.

Arendt (2005), ao refletir sobre a condição humana, destaca que a pluralidade é o traço fundamental da vida em sociedade. Assim, a escola, enquanto instituição pública, deve garantir que a convivência entre diferentes não seja marcada por hierarquizações excludentes, mas por oportunidades de participação e diálogo.

Nesse contexto, a educação inclusiva no século XXI deve ser compreendida como projeto político e pedagógico que busca não apenas inserir estudantes com deficiência ou necessidades específicas, mas também ressignificar as práticas educativas para atender a todos, em sua diversidade de origens, identidades e experiências. Trata-se, portanto, de um movimento que ultrapassa o atendimento especializado e coloca a diversidade como princípio organizador do processo educativo.

2.1 DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL

A escola contemporânea é atravessada por identidades culturais, étnicas e sociais múltiplas. Para Santos (2006), a noção de “ecologia de saberes” convida a reconhecer os diferentes modos de produção do conhecimento, rompendo com a lógica de um saber único e homogêneo. Nesse cenário, a educação inclusiva precisa valorizar a pluralidade de origens, histórias e perspectivas dos estudantes, superando práticas que reforçam a exclusão simbólica e social.

2.2 DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Questões relacionadas a gênero e sexualidade também compõem o debate sobre diversidade. Butler (2003) problematiza os processos de normatização que limitam a expressão das identidades, e a escola, como espaço formativo, não pode reproduzir estigmas ou silenciamentos. Uma prática pedagógica inclusiva deve assegurar respeito à diferença e promover condições de reconhecimento e acolhimento para todos os sujeitos, independentemente de suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

2.3 DIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA

No campo da educação inclusiva, o debate sobre deficiência é especialmente relevante. Mantoan (2003) destaca que a inclusão não deve ser entendida como mera adaptação do estudante, mas como reorganização da escola em sua totalidade. Assim, o foco desloca-se de um modelo de integração — em que o estudante deve se adaptar ao sistema — para uma lógica de transformação institucional, onde a escola se adapta às necessidades de todos os alunos.



2.4 PLURALIDADE COMO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

Arendt (2005) ressalta que a pluralidade é condição essencial da vida em sociedade. Ao reconhecer a diversidade como fundamento da experiência humana, a escola pode se configurar como espaço democrático de encontro, diálogo e construção coletiva de saberes. Dessa forma, a inclusão passa a ser entendida não apenas como uma demanda legal ou técnica, mas como princípio político orientador de práticas educativas comprometidas com a justiça social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO

A consolidação da educação inclusiva como direito fundamental exige não apenas discursos, mas também políticas públicas que traduzam esse princípio em ações concretas. O Brasil, alinhado a recomendações internacionais, construiu um conjunto de marcos legais e programáticos que buscam assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes em contextos de diversidade. No entanto, a distância entre norma e prática ainda se apresenta como um desafio persistente.

3.1 MARCOS LEGAIS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 inaugura a garantia do direito universal à educação, estabelecendo como dever do Estado assegurar condições de igualdade de acesso e permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reforça essa perspectiva ao prever atendimento educacional especializado. Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) ampliou a proteção legal, consolidando a inclusão como responsabilidade social e política. Esses instrumentos normativos configuram um arcabouço jurídico sólido, ainda que sua aplicação varie conforme os contextos locais e regionais.

3.2 PROGRAMAS E DIRETRIZES INTERNACIONAIS

No cenário global, documentos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) estabeleceram parâmetros fundamentais para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Essas diretrizes enfatizam a necessidade de escolas que acolham todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais. O alinhamento do Brasil a esses compromissos internacionais evidencia a centralidade da educação inclusiva como política pública de caráter universal.

3.3 LIMITES E LACUNAS NA IMPLEMENTAÇÃO

Apesar dos avanços normativos, os desafios de implementação são significativos. Barreiras estruturais, falta de financiamento adequado e insuficiente formação docente comprometem a efetividade das políticas. Além disso, desigualdades regionais e resistências culturais ainda limitam a consolidação da inclusão em muitas escolas. Para Mantoan (2015), a política pública só se efetiva



quando acompanhada por práticas pedagógicas coerentes e pela valorização da diversidade como princípio organizador da escola.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS

A efetivação da educação inclusiva não depende apenas de marcos legais, mas da construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como riqueza e promovam aprendizagens significativas. Nesse sentido, metodologias inovadoras, princípios de acessibilidade e processos formativos são fundamentais para transformar o cotidiano escolar em espaço de pertencimento e equidade.

4.1 METODOLOGIAS ATIVAS E COLABORATIVAS

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e as práticas colaborativas, têm se mostrado potentes instrumentos para favorecer a participação de todos os estudantes. Moran (2018) argumenta que tais estratégias colocam o aluno no centro do processo educativo, estimulando autonomia, engajamento e diálogo. Quando aplicadas em contextos inclusivos, essas metodologias ampliam as possibilidades de interação e rompem com modelos tradicionais de ensino, que muitas vezes reforçam a exclusão.

4.2 DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)

O Desenho Universal para a Aprendizagem, proposto pelo CAST (2011), orienta a construção de currículos acessíveis a partir de três princípios: múltiplos meios de representação, múltiplos meios de ação e expressão, e múltiplos meios de engajamento. Essa abordagem amplia as oportunidades de aprendizagem ao reconhecer que cada estudante aprende de forma distinta. No contexto da inclusão, o DUA possibilita repensar o planejamento pedagógico, tornando-o flexível e adaptável às diferenças.

4.3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E DIGITAIS

O uso crítico e criativo de tecnologias assistivas e digitais constitui outro eixo transformador. De acordo com Bersch (2017), esses recursos não devem ser vistos apenas como suportes técnicos, mas como mediadores da autonomia e da participação dos alunos. Softwares de leitura de tela, recursos de acessibilidade digital, aplicativos de comunicação alternativa e ambientes virtuais inclusivos são exemplos de ferramentas que podem reduzir barreiras e ampliar o acesso ao conhecimento.

4.4 FORMAÇÃO DOCENTE CONTÍNUA

Nenhuma prática inclusiva se sustenta sem o protagonismo dos professores. A formação inicial e continuada em práticas inclusivas, metodologias inovadoras e tecnologias acessíveis é essencial para



consolidar mudanças efetivas. Mantoan (2003) reforça que o professor precisa compreender a inclusão não como obrigação legal, mas como compromisso ético e pedagógico. Investir na formação docente é, portanto, investir na construção de escolas transformadoras.

5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise das políticas públicas e das práticas pedagógicas demonstra que a educação inclusiva, embora já consolidada no plano legal, ainda enfrenta obstáculos para sua efetivação plena. Estudos de caso em diferentes regiões do Brasil revelam que escolas que investem em práticas colaborativas, tecnologias assistivas e formação docente tendem a apresentar maiores índices de participação e aprendizagem de estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, persistem desigualdades regionais, falta de recursos e resistência cultural à mudança. Essas barreiras confirmam a análise de Bourdieu (1998), segundo a qual a escola pode tanto reproduzir desigualdades quanto se tornar espaço de transformação. Quando políticas públicas são acompanhadas de financiamento adequado e planejamento consistente, os resultados são mais visíveis: ampliação da permanência escolar, maior autonomia dos estudantes e fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Assim, os resultados discutidos neste capítulo apontam para a necessidade de articulação entre legislação, gestão e práticas pedagógicas. A inclusão não se efetiva apenas por decretos, mas por meio de ações integradas que envolvam professores, gestores, famílias e estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, em tempos de diversidade, constitui-se como projeto ético, político e pedagógico de grande relevância. Mais do que garantir a presença dos estudantes, trata-se de assegurar sua participação ativa, seu direito ao aprendizado e sua valorização como sujeitos plenos. Políticas públicas são essenciais para oferecer respaldo legal e estrutural, mas sua eficácia depende da apropriação crítica e criativa pelas escolas e pelos professores.

Consolidar uma escola inclusiva exige transformar mentalidades, práticas e estruturas. É preciso reconhecer que a diversidade não é obstáculo, mas potência para a aprendizagem coletiva. A articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas inovadoras é, portanto, o caminho para uma educação que promova justiça social, democracia e emancipação humana.



REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva e educação inclusiva: práticas e reflexões. Porto Alegre: Mediação, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAST. Universal Design for Learning Guidelines. Wakefield: CAST, 2011. Disponível em: <http://www.cast.org>. Acesso em: 26 set. 2025.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. Revista de Educação, v. 11, n. 1, p. 22-33, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.
- ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.